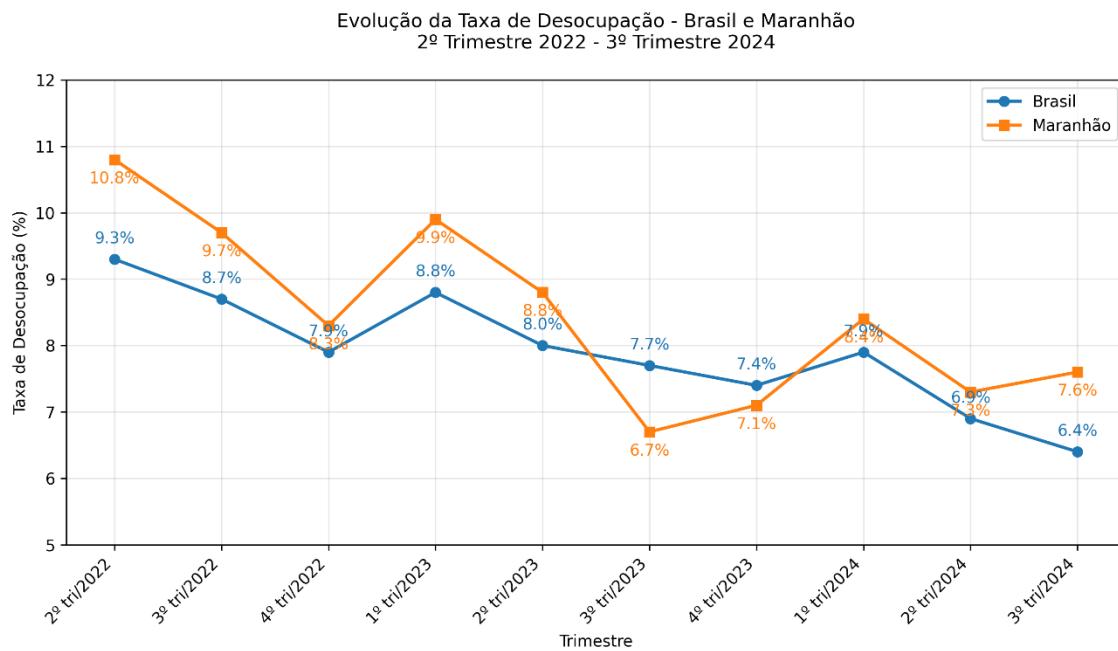




O Mercado de Trabalho no Brasil e no Maranhão face ao desempenho da economia em 2024: uma análise a partir dos dados da PNAD Contínua

Esta edição do Boletim periódico do Observatório Social e do Trabalho, centrada no eixo temático do Trabalho tem como foco uma análise de importantes indicadores do mercado de trabalho no Maranhão em comparação com o Brasil, face ao desempenho da economia, tomando como fonte os dados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2024.

Em primeiro lugar, embora se observem alguns avanços, a análise do mercado de trabalho brasileiro e maranhense revela um quadro marcado por disparidades e desafios estruturais persistentes. O Brasil apresenta uma força de trabalho expressiva de 110 milhões de pessoas, das quais 103 milhões encontram-se ocupadas, indicando uma absorção ocupacional considerável de 58,4%. O quadro nacional resulta em uma taxa de desocupação de 6,4%, que reflete números favoráveis ao mercado de trabalho. O Maranhão, por sua vez, com sua força de trabalho de 2,93 milhões de pessoas e 2,71 milhões de ocupados, registra uma taxa de desocupação de 7,6%, ligeiramente superior à média nacional, refletindo 222 mil maranhenses desocupados.



Fonte: Pnad Continua 3º trimestre – IBGE

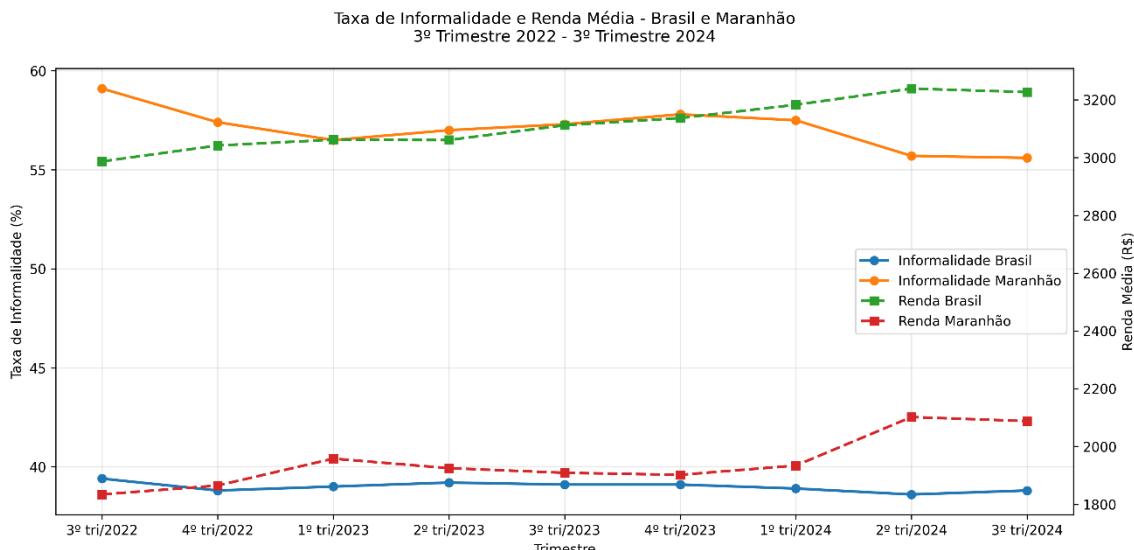
Não obstante a melhora observada na taxa de ocupação, a informalidade emerge como um dos aspectos mais desafiadores do mercado de trabalho maranhense. Enquanto o país registra 38,8%



das suas ocupações na informalidade, totalizando aproximadamente 40 milhões de pessoas em situação de precarização, o Maranhão apresenta uma realidade ainda mais desfavorável, com 55,7% de sua força de trabalho em situação de informalidade, correspondendo a cerca de 1,47 milhão de ocupados. Essa elevada taxa de informalidade no estado impacta diretamente na qualidade das condições de trabalho, na proteção social dos trabalhadores e, consequentemente, nos indicadores de renda da população.

O trabalhador brasileiro recebe, em média, R\$ 3.227 mensais, um valor que já indica desafios significativos em termos de poder de compra e qualidade de vida, pois segundo o DIEESE, o salário-mínimo necessário para atender as necessidades básicas de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, de uma família composta por dois adultos e duas crianças, foi calculado em R\$ 6.959,31, referente ao mês de novembro de 2024. No Maranhão, contudo, o valor médio que os trabalhadores recebem é R\$ 2.088, uma diferença de aproximadamente 35,3% em relação ao valor médio do país, refletindo uma forte desigualdade regional em termos de remuneração do trabalho.

Ainda sobre o resultado do rendimento médio, vale destacar que em 2024 tem-se os melhores resultados da série, relacionados diretamente com a diminuição da taxa de informalidade.

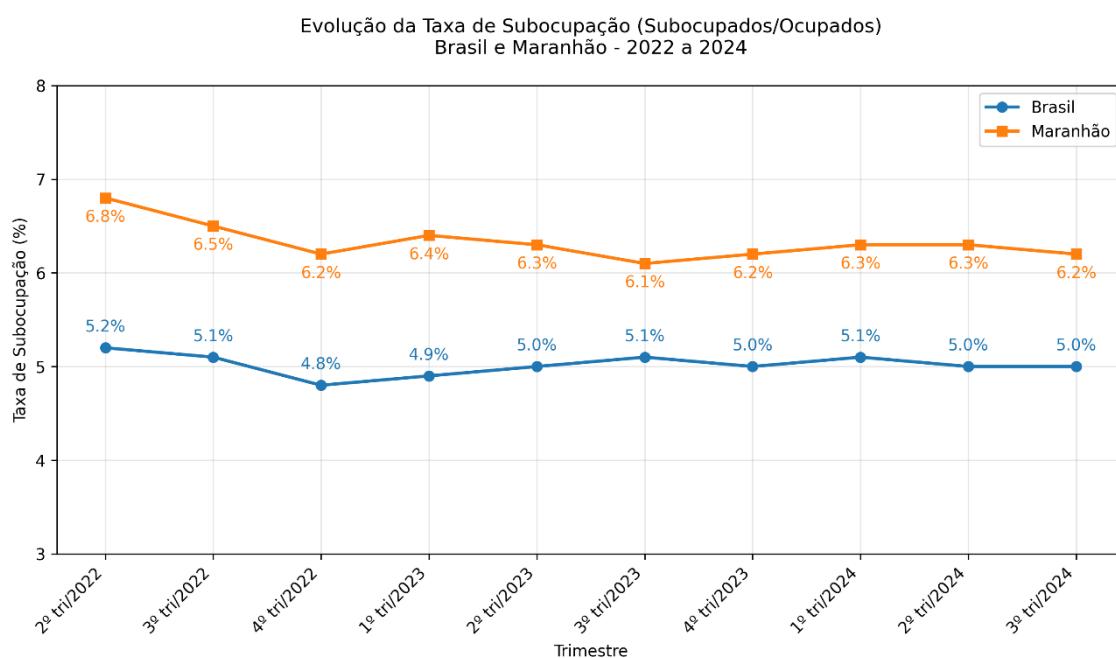


Fonte: Pnad Continua 3º trimestre – IBGE

Ainda com o intuito de demonstrar as disparidades em termos de estruturação do mercado de trabalho, apresenta-se no gráfico a seguir a subutilização da força de trabalho. No Brasil, 5,13 milhões de pessoas encontram-se subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, um indicador



que mostra o desperdício da capacidade produtiva dos trabalhadores que, apesar de ocupados, trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam ou necessitariam de mais horas laborais, refletindo a precarização. No Maranhão, este contingente alcança 169 mil pessoas, um número proporcionalmente maior. Além disso, a força de trabalho potencial, que são as pessoas que poderiam estar no mercado de trabalho, mas encontram-se fora dele por razões conjunturais ou estruturais, atinge 6 milhões de brasileiros, dos quais 429 mil são maranhenses. Esse indicador é relevante porque evidencia um contingente significativo de pessoas que embora não estejam metodologicamente desocupadas representam uma capacidade produtiva não aproveitada.



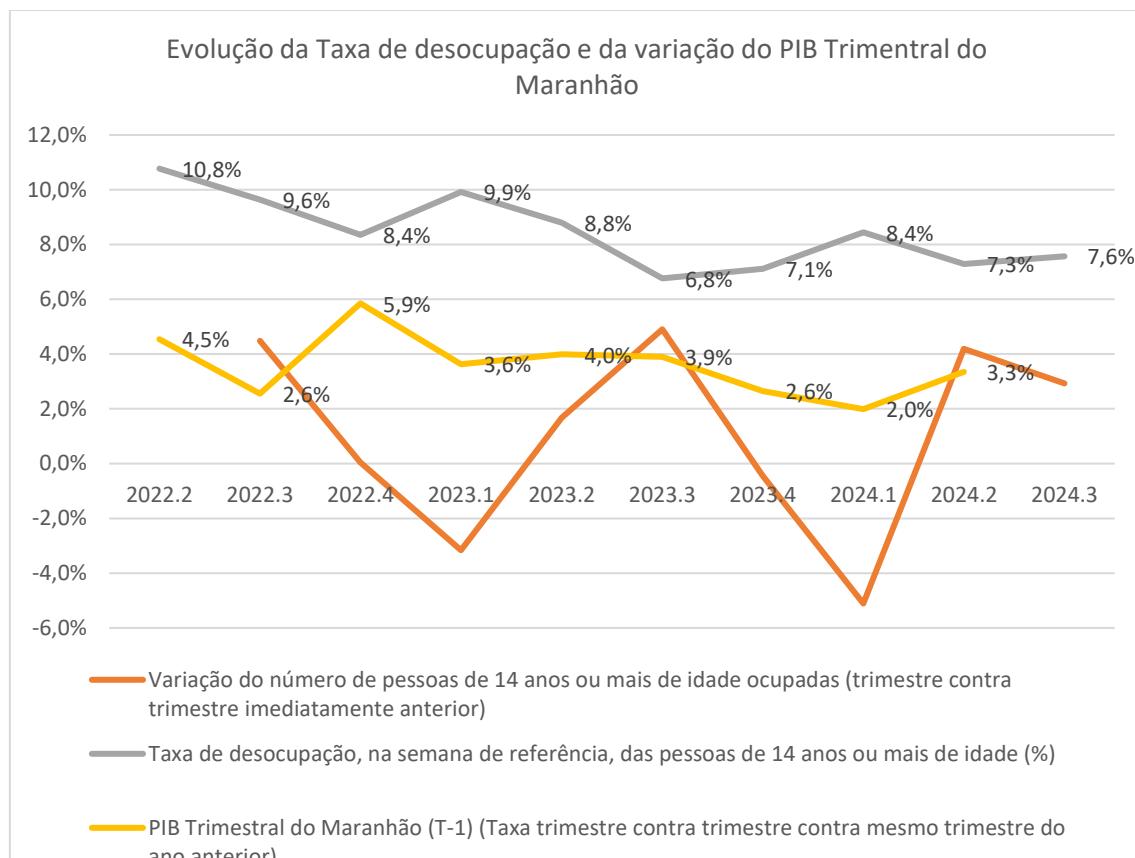
Fonte: Pnad Continua 3º trimestre – IBGE

Em suma, a análise conjunta desses dos indicadores de ocupação reflete um mercado de trabalho brasileiro marcado por profundas desigualdades regionais, onde o Maranhão, apesar de apresentar uma taxa de desocupação próxima à média nacional, enfrenta desafios estruturais ainda mais intensos. A combinação de alta informalidade, significativa subutilização da força de trabalho e baixos rendimentos estabelece um cenário precarizado e desafiador.

Esta situação estrutural do mercado de trabalho maranhense, conforme foi demonstrado, apresentou uma melhora em 2024. Quando se observa a variação do número de ocupados, nitidamente se observam fatores sazonais de acréscimo no contingente durante o primeiro semestre e de decréscimo a partir do segundo semestre. Como esse movimento também ocorre nos outros



componentes do mercado de trabalho, como por exemplo no percentual da população inserido na força de trabalho, estabeleceu-se a taxa de desocupação como parâmetro de avaliação da influência do crescimento da economia sobre o mercado de trabalho.



Como resultado, observa-se que existe influência da taxa de crescimento do PIB em determinado trimestre sobre a taxa de desocupação. Porém, quando se observa a taxa de desocupação de um trimestre e a taxa de crescimento do PIB do trimestre posterior, conclui-se que há uma forte relação entre a taxa de desocupação e a expectativa da economia, de modo que a demanda por emprego responde a estímulos produzidos tanto pelo crescimento ocorrido como pela avaliação sobre o cenário do desempenho econômico futuro. Diante do exposto, a melhoria nos indicadores do mercado de trabalho no Maranhão, em 2024, é explicada pelo crescimento da economia no período. Pondera-se que o mercado de trabalho formal é mais fortemente afetado pela dinâmica econômica, e, como em 2024 houve uma maior variação no segmento indústria de transformação, que é uma atividade com maior proporcionalidade em termos de empregos formais, tem-se mais um fator que contribuiu para o efeito observado na remuneração média.



Elaboração:

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima – Economista; Doutora em Políticas Públicas – UFMA;
Dionatan Silva Carvalho – Economista; Doutorando em Políticas Públicas – UFMA

Raphael Bruno Bezerra Silva - Economista; Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico - UFMA

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc, terceiro trimestre de 2024.